



ISSN 1981 - 3031

O MÉDICO-HIGIENISTA E A ARQUITETURA ESCOLAR NO BRASIL SOB O PRISMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX.

Luciano Rodrigues dos Santos (NPGED / UFS)
lucianorod@bol.com.br

O presente trabalho buscou compreender como se dava a educação sexual no âmbito educacional brasileiro durante a transição e/ou ruptura do período imperial para o republicano, mais precisamente entre os séculos XIX e XX. O estudo teve a pretensão de historiografar a relação entre os médico-higienistas e os grupos escolares (projetos arquitetônicos escolares) no Brasil, sob o prisma da educação sexual, entendendo que esses dois segmentos apresentavam estreita ligação, justificando o foco de análise. O estudo se desenvolveu por meio da pesquisa bibliográfica, fazendo uso também de fonte iconográfica. Considerando os resultados das análises, podemos afirmar que os médico-higienistas aliados aos padres católicos foram os principais mentores pela propagação da educação sexual, tanto fora da escola como dentro dela, ocasionando com isso, na perpetuação de estereótipos de papéis sexuais tipicamente masculinos e femininos. Além disso, é válido afirmar que os projetos arquitetônicos dos grupos escolares foram muito bem planejados para contemplar essa ação separatista entre os alunos e as alunas, com isso, mantinha-se na escola, a educação sexual que era confiada e reservada à família.

Palavras-chave: Médico-higienista. Arquitetura escolar. Educação sexual.

O presente trabalho buscou compreender como se dava a educação sexual no âmbito educacional brasileiro durante a transição e/ou ruptura do período *imperial* para o *republicano*, mais precisamente entre os séculos XIX e XX. Momento esse, marcado por grandes mudanças e/ou transformações sociais, políticas, culturais e econômicas no país. O estudo teve a pretensão de historiografar a relação entre o médico-higienista e os grupos escolares (*projetos arquitetônicos escolares*) no Brasil, sob o prisma da educação sexual, entendendo que esses dois segmentos apresentavam estreita ligação, justificando o foco de análise. O estudo se desenvolveu por meio da pesquisa bibliográfica, fazendo uso também de fonte iconográfica. As análises foram qualitativas,

centradas nas “*marcas*” da educação sexual nos projetos arquitetônicos escolares desse período.

Para entender um pouco mais da presença dos médico-higienistas e sua relação com os grupos escolares (*projetos arquitetônicos escolares*) na historiografia educacional brasileira, faz-se mister iniciarmos essa relação entre as áreas da saúde e da educação desde o Brasil Império e tomaremos como ponto de partida, a criação da Sociedade Médica, em 28 de maio de 1829, no Rio de Janeiro, por outro lado, é bom salientar que anteriormente à ela, outras instituições já haviam sido criadas na Côrte, que são a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – FMRJ e a Academia Imperial de Medicina – AIM que tinham o propósito de consolidar o campo da Ciência Médica no Brasil.

A escolha desse recorte temporal, tendo como ponto inicial a Sociedade Médica, é que havia dois motivos importantes que devem ser elencados para sua criação, que foram as

[...] duas poderosas armas fabricadas para combater os inimigos internos e externos da ordem médica. Uma primeira é a constituição de uma sociedade científica que reunisse e integrasse os homens que exerciam legal e oficialmente a ciência médica. Foi com essa intenção que [...] fundou, [a Sociedade Médica, pois] se propunha a tratar dos interesses médico-sociais e do ensino da Medicina, tudo isso sob os auspícios do governo. Uma segunda arma contra os ‘charlatães’ constituiu-se na própria formação dos médicos e, nesse sentido, é necessário ter em mente o processo de escolarização a que os futuros médicos passaram a ser submetidos para terem assegurado o direito ao exercício profissional. Sendo mais preciso, a escola de formação integra um complexo projeto desenvolvido pela corporação médica com vistas a obter e manter o controle exclusivo sobre os processos de formação, seleção, organização e fiscalização da medicina, funcionando como eficaz estratégia para garantir o monopólio sobre a ‘arte de curar’ (GONDRA, 2007, p.522).

Como podemos observar através da citação de Gondra (2007), é que a ordem médica por intermédio da Sociedade Médica precisava definir e legitimar o seu espaço e lugar profissional na sociedade brasileira e que para isso utilizava como discurso a seu favor, o rápido crescimento e desenvolvimento industrial no país e, como consequência a esse fenômeno, também elevava o caos social e enfermidades entre a população vigente, devido à grande concentração de pessoas em determinadas regiões metropolitanas, sem os devidos cuidados com a higiene pessoal e social entre os indivíduos residentes nelas, e que para resolver esse caos social, eles eram os únicos profissionais que podiam minimizar tal problema no país, porque neste mesmo período,

havia uma enorme concorrência com os homeopatas, curandeiros e/ou pajés, parteiras, além de outros indivíduos que supostamente também detinham a arte de curar ou salvar pessoas.

Nesse período, em virtude de tal problemática social, surge um novo ramo na Medicina, que “[...] ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais, em conformidade com os cânones dessa Ciência, [que] foi designado como Higiene, ramo que se preocupou, sobretudo, com uma medicina do social [...]” (Gondra, 2007, p.521). O que resultou em denominar o profissional que vai atuar a partir de então, na Ciência Médica Brasileira, no ramo da Higiene, como sendo *médico-higienista*.

A partir da atuação profissional dos médico-higienistas na sociedade brasileira imperial começa aparecer um novo discurso e com ele, o deslocamento no entendimento da doença para a saúde, pois

não é mais a ação direta e lacunar sobre a doença como essência isolada e específica que move o projeto médico. O ‘médico político’ deve dificultar ou impedir o aparecimento da doença, lutando, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico e moral. A inserção do indivíduo na sociedade, a necessidade de conhecer o meio e agir para proteger o indivíduo de um perigo ao mesmo tempo médico e político não significa porém que a Medicina sai do seu campo próprio de ação. Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, a Medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo o perigo possível; nasce a periculosidade e com ela a prevenção (GONDRA apud MACHADO, 2007, p. 525).

Diante desse deslocamento da doença para a saúde, os médico-higienistas passaram a ser identificados como planejadores do urbano. E como consequência disso,

as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna[m]-se enfim, analista[s] de instituições: transforma o hospital – antes órgão de assistência aos pobres – em ‘máquina de curar’; cria o hospício como enclausuramento disciplinar do louco tornado doente mental; inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de cura; oferece um modelo de transformação à prisão e de formação à escola (GONDRA apud MACHADO, 2007, p. 525).

Os médico-higienistas,

[...] nesse sentido, afirma [m] que a escola seria o lugar privilegiado para se vacinar e revacinar os jovens e, para que [...] pudesse [m] ser levado a um bom termo, propõe [m] a criação do serviço de inspeção higiênica das escolas, a ser exercido por profissionais habilitados, os médicos-inspetores. Estes deveriam possuir um conjunto de qualidades, detalhadas pelo advogado, tais como o sentimento do dever, a simpatia pelas crianças, os

conhecimentos técnicos variados, o poliglotismo e a aptidão para o ensino, dentre outras, de modo a executar com sucesso tarefa tão necessária. Na dilatação do raio de ação da Higiene e na especialização desse serviço estaria a chave mestra para fazer com que a escola cumprisse o duplo *desideratum* de instruir e moralizar, aspecto este que, para Rui [Barbosa], também constituía-se em uma das finalidades da escola higiênica [...] (GONDRA, 2007, p.533).

Analisando as citações supracitadas, podemos constatar que os médico-higienistas estavam procurando intervir de maneira rigorosa e sistematizada no campo educacional, e para ilustrar tais ações por eles empregadas no Brasil Império, temos uma autora que relata o quanto o discurso médico-higienista permeou nas decisões educacionais no país.

Entre tantas contribuições dos médico-higienistas para a educação brasileira, como poderemos notar, foi o surgimento de uma nova concepção de infância e de criança, onde

no jornal *A mãe de família*, no ano de 1880, o Dr. Carlos Costa, ao detalhar os exercícios físicos essenciais à saúde das crianças, descreve alguns brinquedos, como o velocípede, mostrando a sua utilização para a conservação da saúde, bem como seus inconvenientes.

Para iniciar a educação formal das crianças, ainda no jornal *A mãe de família*, no ano de 1883, em artigo intitulado *A natureza da criança*, escrito por Alberto Durand, afirmava-se que tal êxito dependia do conhecimento que o educador tinha da natureza humana, pois ‘para educar crianças é necessário saber o que são as crianças’.

Nesse sentido, o autor descreve o conceito de criança em uma visão pedagógica. Segundo ele, ‘o conhecimento da sua natureza é que faz da pedagogia uma ciência’ [...] (VASCONCELOS, 2005, p.154-155).

Nesse aspecto, podemos claramente perceber que os médico-higienistas têm uma grande abertura e força no campo educacional, ao mesmo tempo em que também vão se legitimando através dele na sociedade, determinando em muitos casos, sem que haja questionamentos por parte dos intelectuais da educação e da família, entre o que deve e o que não deve ser ensinado no âmbito da escola.

Vamos constatar que,

na expansão da medicina, a escola não é esquecida nem a educação de um modo mais geral, pois, para formar as novas gerações seria necessário uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas, também, no espaço privado da casa [...]. A ignorância é, pois, o argumento fabricado e mobilizado de modo a fornecer legitimidade para as intervenções na esfera educacional, realizadas em nome e em favor da ordem médica, que interferirá nas representações acerca da infância, da família, da casa, da escola e dos mestres [...].

[...] Assim sendo, a educação não mais poderia permanecer vinculada à esfera privada, fosse ela a da religião ou a da casa. Educar, pois, nessa perspectiva, passava a exigir a invenção de uma nova organização a ser instalada em obediência aos imperativos dessa nova sociedade que se queria fundar; para a qual a escola deveria concorrer favorecendo o estabelecimento de um processo de formação de longo prazo, durante o qual os indivíduos fossem educados pelas (e para) as práticas desse mundo fabricado pela razão ilustrada e que se constituísse em uma experiência útil à nova ordem. Como veremos, a Higiene fornecerá um modelo de organização escolar calcado na razão médica que ao ser constituído retiraria do espaço privado – religioso ou familiar – o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas [...] (GONDRA, 2007, p.525-526).

Nesse sentido, no que se refere especialmente à formação dos meninos e das meninas, e dos problemas que estavam acometendo a sexualidade da população nesse período, é importante também destacar que os médico-higienistas procurando resolvê-los, vão propor a “*educação sexual*” como estratégia, e que através dela iria “levantar o véu da hipocrisia, para opor o dique da resistência incoercível à enxurrada das perversões, dos vícios, dos males venéreos, dos descabros e dos instintos desenfreados” (Stephanou apud Totta, 2005, p.143).

Nesse aspecto, a maioria dos médico-higienistas e dos padres católicos vão ser favoráveis com essa estratégia e corroborar no que concerne à educação sexual destinada às crianças e aos jovens, designando assim, *quem, como* e a sua *finalidade*, pois,

a formação para a castidade cabe àqueles a quem compete por natureza o dever de educar. Ora, o dever de educar corre primeiramente aos pais. Portanto, é aos pais que cabe a educação sexual dos filhos. Juntam, como é natural e ordenado, ao dever de gerar os filhos o de educá-los. Para isto foi a família instituída por Deus. E por isso só na constituição da família é legítima a geração dos filhos, que, sem a ação dos pais, não podem ser educados.

Neste delicado setor da educação, ainda mais se mostra a necessária e exclusiva competência dos pais. Se todo educador precisa pôr-se em determinadas condições, sem o que fracassará o seu trabalho – aqui com maioria de razão, porque nesses assuntos todo fracasso determina uma ruína moral, que justamente desejamos evitar. Um conhecimento sério da vida, uma perfeita liberdade de espírito, uma autoridade reconhecida e acatada, uma delicadeza de sentimentos capaz de falar sem ferir a quem ouve, a convivência de tôdas as horas para saber dizer o que fôr necessário e só isto, no momento oportuno, e tudo servido ademais pela absoluta confiança do educando – eis o de que precisa quem deve fazer a educação. Ora, isto, de modo geral, só encontramos nos pais.

O educador nunca dê a entender (como o fazem alguns otimistas) que a virtude se consegue sem trabalho e sem luta. Falam da castidade como quem fala da mansidão de um cordeiro, quando mais acertado seria falar de uma fera domesticada. Assim dariam a verdadeira impressão de terem domado os impulsos vigorosos da tendência pela força disciplinadora da vontade. Do contrário, os jovens ficarão pensando que o educador é casto por não ter sentido a plenitude das forças naturais, e que não o poderão ser os que a experimentam.

Além do que a educação sexual exige uma convivência de tôdas as horas, para poder-se dizer o necessário sem chamar a atenção, aproveitar as oportunidades sem criá-las artificialmente, para se fazer naturalmente, insensivelmente, sem perigos, com aquela prudência que é alma de tudo e sem a qual tudo estaria perdido.

Cuidado, para não ferir a sensibilidade de quem a ouve, não precipitar a curiosidade, e, principalmente, não dar lugar a qualquer falta. Sem esta delicadeza, sem êste tato, tôda tentativa seria mais para desencadear as paixões que para contê-las.

Diante de tão numerosas e sólidas razões, concluiremos que são os pais os indicados e competentes para fazer a educação sexual. Os outros, nós os rejeitaremos como incapazes e nocivos, ou os admitiremos, como auxiliares dos pais, reconhecendo, aliás, os grandes serviços que nesta condição, podem prestar. Na ausência dos pais, por exceção, também lhes podem fazer as vêzes.

Conhecemos as dificuldades que levantarão contra esta conclusão. Negamos, porém, que nelas se possam basear os que propugnam a educação pela escola ou por preleções científicas e técnicas [...] (NEGROMONTE, 1961, p. 34-37).

Mas, os médico-higienistas além de propor a responsabilidade da educação sexual para os pais ou as famílias em conjunto com a Igreja Católica, vão ampliar o seu raio de controle em relação à sexualidade da população, pois

além de levar a família para dentro de casa, a pedagogia médico-higiênica definia também os papéis sexuais. Numa sociedade feita e pensada por homens, as concepções higienistas vieram explicar e fixar cientificamente as *características supostamente típicas de cada sexo e apresentou-as como imperativos da natureza*. No homem, predominava o vigor físico e intelectual, o andar seguro, o comportamento seco, racional, autoritário, altivo, menos amoroso, mais duro, macho, viril. Segundo a higiene, sua inclinação ‘natural’ é para o prazer sexual. Neste sentido, a conduta machista do homem foi realçada, podendo não só ser infiel, como também abordar a mulher, que, por sua vez, era considerada ‘propriedade’ de outro homem - do pai, do marido - e até de Deus, a esposa do Senhor. Para ela, predominavam as ‘faculdades afetivas’, cultivava-se a imaginação, a doçura, a indulgência, a submissão, a idéia de fragilidade, do amor, da castidade, a preservação da virgindade antes do casamento e a fidelidade. A higiene encontrava ressonância.

A castidade feminina era um valor inquestionável, acentuado pelo fato de a população brasileira ser maciçamente filiada à Igreja Católica, cujo culto à Virgem elimina a possibilidade de quebrar o mito da virgindade.

Com respeito à capacidade intelectual da mulher, a higiene informava que, mesmo aquelas que apresentavam tal capacidade, a apresentavam de forma inferior à dos homens. Esta distinção entre os gêneros faz surgir, por exemplo, o machismo do homem e as categorias de ‘mulher-fácil’, adúltera, venal, irresponsável, ‘amante’, da mulher. O machismo surge como uma prática do homem denunciadora da mulher. Se ela, enquanto propriedade de outro homem, cedia ao galanteio, passava a ser considerada inferior àquela ‘mulher-mãe’ (BONATO, 1996, p.82).

Sendo assim, para imprimir de fato a atuação dos médico-higienistas na educação brasileira, eles vão reivindicar veemente para que fossem construídos os prédios escolares e com isso, haveria realmente uma educação digna para a população

em geral, justificando também, que retiraria as crianças e os jovens dos riscos da ignorância e das enfermidades, ocasionada pela educação dada nas casas-escola e, atender seguramente, a nova ordem social, cultural, política e econômica da época.

[...] Na década de 1870, os diagnósticos dos mais diferentes profissionais que atuavam na escola ou na administração dos serviços da instrução, ou ainda políticos e demais interessados na educação do povo (médicos, engenheiros...), eram unânimes em afirmar o estado de precariedade dos espaços ocupados pelas escolas, sobretudo as públicas, mas não somente essas, e advogavam a urgência de se construírem espaços específicos para a realização da educação primária.

[...] Ao mesmo tempo em que elaboravam uma contundente crítica às péssimas condições das moradias e dos demais prédios para a saúde da população em geral, os higienistas acentuavam sobremaneira o mal causado, às crianças, pelas péssimas instalações escolares. Além disso, expunham o quanto a falta de espaços e materiais *higienicamente* concebidos era prejudicial à saúde e à aprendizagem dos alunos (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.49-52).

Mas, nesse momento crucial de tantas mudanças e/ou transformações nos hábitos e costumes da população no campo educacional, promovidas principalmente pelos médico-higienistas, alegando ser de extrema necessidade para a ordem e o progresso da nação, além de ser considerado, como o único ou principal caminho viável para manter as pessoas em condições sadias (física, intelectual, moral e sexual), porém, acreditamos esse ser também, um dos maiores desafios para os médico-higienistas, padres católicos e magistrados em relação à sexualidade, pois, como manter a educação sexual confiada e confiscada à família e a castidade ser a sua finalidade, se precisavam nessa época, oferecer um lugar centralizador e adequado e, que nele tivesse uma educação formal, racional e científica para as crianças e os jovens de ambos os sexos e, além disso, se consideravam que a função do (a) professor (a) era nociva ou secundária nessa atuação?

Todavia, buscando mediar e conciliar esse impasse em relação à necessidade da construção dos grupos escolares e a difusão da educação sexual que previam ser a ideal para as crianças e os jovens nessa época, resolveram investir nos projetos arquitetônicos que pudessem fazer com que o prédio escolar fosse freqüentado por alunos e alunas, mas o seu uso e permanência dentro do mesmo deviam ter separações ou divisórias e, que essas divisões poderiam começar desde a entrada de acesso até o local destinado as atividades físicas, com isso, evitariam o contato entre os sexos e reforçariam o que era apreço pelas famílias no que se refere aos assuntos pertinentes à sexualidade.

A partir de então, devido a tantos problemas e possíveis soluções que perpassava a educação brasileira e ressaltada constantemente pelos médico-higienistas, os grupos escolares foram

[...] concebidos e construídos como verdadeiros *templos do saber* [que] encarnavam, simultaneamente, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam para o futuro, projetavam um futuro, em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.53).

Diante de tal realidade agora apresentada, com a construção dos prédios escolares, o campo educacional no período republicano passa a ter uma maior responsabilidade com o progresso da nação brasileira, porém, já nas primeiras décadas do século XX,

[...] sofreram alterações na forma e na cultura escolar que constituíam. As reformas de ensino, inspiradas em ideais escolanovistas, em que pesava a diversidade de propostas que defendiam e de suas diferentes realizações, tenderam a ressignificar tempos e espaços escolares. As plantas davam visibilidade a vários aspectos dos ideais escolanovistas. Incorporavam ambientes como gabinetes dentários e médicos e laboratórios, requisitos das construções escolares desde os anos de 1910 [...] (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.60-62).

Procurando ilustrar como essas concepções foram planejadas e concretizadas, vamos encontrá-las através de dois modelos arquitetônicos de grupos escolares na cidade de Curitiba/PR, os quais também atenderam as exigências dos médico-higienistas e da sociedade na separação de alunos e alunas, que foram:

o primeiro edifício-escola destinado ao Grupo Escolar Rio Branco [que] foi considerado um dos mais belos de Curitiba entre os seus similares. Projetado por Ângelo Bottiechia, desenhista da Secção de Obras e Viação do Estado do Paraná, o edifício, construído na esquina da rua Brigadeiro Franco com a Silva Jardim, foi inaugurada em 3 de abril de 1911 [...]. Tinha como características principais os frontões quadriculares, marcadamente em estilo semiclássico, que indicava os acessos principais: uma pela Brigadeiro Franco, outro pela Silva Jardim, provavelmente para a entrada diferenciada dos meninos e das meninas. O porão alto conferia destaque especial à volumetria de seu único pavimento e às suas fachadas: frontal e lateral.

(Ver figura 01 nos anexos)

As técnicas adotadas na construção do projeto arquitetônico de Bottiechia foram semelhantes às empregadas em todos os outros edifícios-escola, ou seja, alvenaria de tijolos de barro, janelas constituídas com caxilhos de cedro,

vidro e venezianas, forros, assoalhos de pinho, assim como o madeiramento do telhado, cobertura de telhas francesas, fundação direta de alvenaria de pedras, revestimento com argamassas de cal e areia e, por fim, a pintura do edifício, sendo as paredes a cola com requadros e o madeiramento das janelas e portas a óleo com três mãos [...].

A leitura da planta baixa do Rio Branco [...] indica que esse edifício era composto por quatro salões, tendo cada um a superfície de 9,9 m², fazendo parte, ainda, de seu projeto, dois saguões, um para cada grupo de duas salas. O gradil de ferro, colocado somente no trecho correspondente à projeção frontal, tinha a função de separar o edifício-escola do espaço exterior da rua. Uma outra característica deste edifício é a área destinada ao recreio dos alunos, que, como se pode perceber, estava restrita aos fundos do terreno, sem piso e muito menos qualquer tipo de cobertura que protegesse as crianças das intempéries.

(Ver figura 02 nos anexos)

Próximo ao Grupo Escolar Rio Branco encontra-se uma outra edificação, daquelas concebidas em 1910, que se destacou por sua monumentalidade: o primeiro edifício do Grupo Escolar 19 de Dezembro. Fundado em 1911, na antiga rua Montevideu (atual Desembargador Motta), tinha no seu projeto original dois corpos separados [...] por um espaço de 10 metros.

(Ver figura 03 nos anexos)

[...] Amplamente ventilados e iluminados satisfazem a todas as regras pedagógicas exigidas, tendo até um cubo de ar, por aluno que em média poderá frequentar cada classe, superior ao que determinam os trabalhos que se preocupam com o importante assunto da higiene escolar [...].

Esse foi um dos mais aprazíveis dentre os edifícios-escola marcado por uma linguagem que, mesmo empregando nas fachadas alguns elementos que lembravam o *Art Nouveau*, não conseguiu fugir do estilo arquitetônico eclético segundo os moldes europeus. Prevendo o acesso frontal para o seu espaço interior e, logo após, o lateral para a entrada nas salas de aula, esse projeto se destacava pela riqueza de harmonia no jogo de volumes da fachada, presente nos dois blocos. A separação entre os espaços de ensino para meninos e meninas, interligados apenas por um pequeno pátio que servia de recreio aberto, ficava nítida. Ademais, compunha seu conjunto arquitetônico um muro de fechamento que prolongava em torno do terreno (BENCOSTTA, 2005, p. 122-126).

Vale lembrar, que vários projetos arquitetônicos de grupos escolares, semelhantes aos descritos acima, estavam sendo planejados e construídos por todo Brasil, e daí também, os mesmos serem intitulados, como os “verdadeiros templos do saber”, devido a sua exuberância e elegância apresentada em meio às cidades que vinham se constituindo na época.

Além desses modelos de grupos escolares, outros foram construídos e não atendiam as exigências da separação por sexo através das estruturas físicas, como paredes ou divisórias no seu espaço interno, mas como alternativa para esse fim, dividiam os alunos e alunas por turno, ou seja, no turno matutino frequentavam as meninas e no vespertino os meninos e vice-versa.

[...] Os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos baseados em plantas-tipo em razão do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central, ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para cada sexo. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas.

[...] Normalmente, os banheiros não faziam parte do corpo do prédio, mas eram a ele ligados por corredores cobertos.

Os materiais do ensino intuitivo, as carteiras fixas no chão, e a posição central da professora pareciam indicar lugares definidos para alunos e mestra em sala de aula. Atividades como ginástica ou canto ali realizadas pretendiam conferir usos apropriados ao espaço. A rígida divisão dos sexos, a indicação precisa de espaços individuais na sala de aula e o controle dos movimentos do corpo na hora de recreio conformavam uma economia gestual e motora que distinguia o aluno escolarizado da criança sem escola.

Entretanto, o convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p.53-54).

Nesse sentido, podemos afirmar que os grupos escolares eram concebidos através de projetos arquitetônicos, cujos tinham duas finalidades bem demarcadas, sendo a primeira para atender aos preceitos pedagógicos e higiênicos, e a segunda para separar os sexos, as quais estão nitidamente expostas e “carimbadas” nos edifícios (nas arquiteturas) escolares, mas se tratando dessa segunda finalidade, especificamente, constatamos que foi muito útil e contribuiu enormemente para a consolidação da educação sexual dada pela família no lar, porque de maneira discreta, faziam com que os alunos e alunas se conformassem melhor com as condições e papéis que lhe eram atribuídos dentro e fora da escola, tornando-se assim, num eficiente modelo e espaço de coerção e controle das vontades dos educandos, pois sem que eles percebessem, os mesmos estavam sendo moldados, não pelas “mãos” dos professores diretamente, mas pela estrutura física imposta a eles, além do que, os professores eram proibidos de pronunciarem qualquer assunto que fosse relacionado à sexualidade em sala de aula.

Nesse aspecto,

[...] pode-se assegurar, pois, que o esforço levado a cabo pelos políticos e técnicos do regeneracionismo [e higienismo] do último período de entresséculos – por definir o modelo (ou os modelos) de arquitetura escolar – cumpriu não só uma função pedagógica, mas também um objetivo cultural de primeira magnitude, ao criar um dos símbolos que melhor aglutinam a

consciência coletiva das populações e sua própria identidade. Não deve nos surpreender, a esse respeito, que foram precisamente os regeneracionistas [e higienistas] que propiciaram a criação e a difusão desses símbolos que transmitem um certo *ethos* em favor da modernização nacional. Tampouco deverá nos parecer estranho que os retornados da emigração promoveram em seus lugares de origem escolas de ‘bela e digna fabricação’ [...], certamente às vezes um tanto presunçosas, mas que com seu traçado queriam expressar simbolizações e idealizações de uma nova vontade cultural.

A arquitetura influencia, desse modo, a sociedade, favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade mais rica. Ao transcender o funcionalismo banal que só daria cobertura às necessidades físicas, dá origem a uma nova forma de comunicação cultural, que é também pedagógica no sentido mais amplo e generoso. A função pragmática da arquitetura adquire, assim, uma dimensão semântica.

[Pois, a] linguagem arquitetônica [...] expressa, além de uma ordem construtiva, um sistema de intenções, valores e discursos, um jogo de simbolismos que atribuem a uma tradição cultural. A muralha, por exemplo, que é um símbolo de *civitas*, pode indicar como muro ou cerco institucional a delimitação de uma coletividade escolar, além de desempenhar outros objetivos. A torre, elemento que costuma fazer parte de muitos centros educativos do século XIX, sobretudo daqueles de filiação religiosa, é um signo de poder e de domínio (como se sabe, está também presente em prefeituras, igrejas e castelos). A simetria e separação arquitetônica das salas de aula de meninos e meninas reflete as tradições de uma sociologia e de uma pedagogia sexista. Os salões de conferências, os seminários ou as aulas convencionais representam diferentes formas retóricas de comunicação, além de cobrir determinadas funções. Toda arquitetura é definitivamente necessária, mas também arbitrária; funcional, mas também retórica. Seus signos indiciários deixam, em seu contato, traços que guiam a conduta. A antropologia do espaço não pode deixar de ser, ao mesmo tempo, física e lírica.

A arquitetura escolar, para além dessa análise semiológica, pode ser contemplada também como suporte de outros símbolos acrescidos. O edifício-escola, como se sabe, serviu de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas [...]. Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais.

Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO 1998, p. 34-45).

De acordo com o exposto, podemos considerar que os médico-higienistas realmente se legitimaram no campo educacional brasileiro, principalmente, quando tiveram apoio de outros profissionais, como os magistrados, políticos, engenheiros, padres católicos, arquitetos e professores e, entre tantas contribuições que o consolidasse nesse campo, temos a construção dos grupos escolares.

Procurando a partir de então, analisar a relação entre a educação sexual e o campo educacional brasileiro, vamos notar que os médico-higienistas tiveram um

grande desafio, que era conciliar a educação sexual que era propagada no lar com a necessidade dela se estender para um âmbito social mais amplo e ter ressonância, os quais conseguem concretizar esse feito a partir da construção dos prédios ou edifícios escolares, além do que, essa era uma das maiores reivindicações necessária para eles nesse momento.

Mas essa ressonância vai se apresentar nas suas arquiteturas escolares, com lugares bem demarcados no seu interior, como por exemplo, na entrada de acesso e salas de aula exclusivamente para meninos e meninas presente nas mesmas, como foi ilustrado pelas figuras no decorrer do trabalho, na qual elas podem ser caracterizadas como um “elemento do currículo invisível ou silencioso” (Viñao Frago; Escolano, 1998, p.45), ocasionando assim, numa conformação e aceitação de seus corpos desde crianças até quando jovens dos estereótipos sexuais a eles atribuídos, inculca-se assim, que em qualquer ambiente social, e inclusive na escola, a noção de espaços/lugares pertinentes somente para homens e para mulheres.

Portanto, consideramos que os médico-higienistas aliados aos padres católicos foram os principais *mentores* pela propagação da educação sexual, tanto fora da escola como dentro dela, ocasionando com isso, na exaltação e permanência de papéis sexuais tipicamente masculinos e femininos, além do que, também castigavam aqueles que por ventura tivessem condutas inadequadas para o convívio social. É válido frisar, que essa propagação e coerção só foram possíveis, mediante o uso das famílias como seu poderoso instrumento para esse fim separatista e moralista entre os sexos e, fizeram da escola seu objeto disciplinador das vontades individuais e coletivas, por meio da sua arquitetura. Sendo assim, podemos afirmar mediante tais constatações, que os médico-higienistas e os padres católicos conseguiram atingir os seus ideais tanto na esfera privada que é o lar quanto na esfera pública, representada nesse caso pela escola, além de imprimir na sociedade, a formação para a castidade.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: _____ (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 95-140 (2005).

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Educação (sexual) e sexualidade:** o velado e o aparente. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (1996).

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **500 anos de educação no Brasil.** 3ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 519-535 (2007).

NEGROMONTE, Álvaro. **A educação sexual:** para pais e educadores. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Rumo S.A., (1961).

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: _____; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III:** século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 142-164 (2005).

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres:** a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, (2005).

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Editora Autores Associados LTDA, (2005).

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A Editora, (1998).

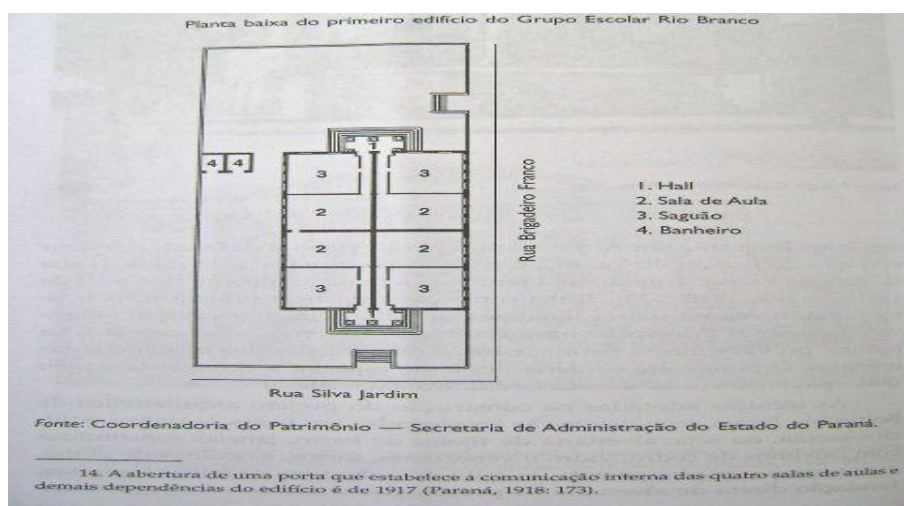
ANEXOS:

FIGURA 01



Fonte: Foto retirada da página 123, do livro “História da educação, arquitetura e espaço escolar”, org. por Marcus L. A. Bencostta, 2005.

FIGURA 02:



Fonte: Foto retirada da página 124, do livro “História da educação, arquitetura e espaço escolar”, org. por Marcus L. A. Bencostta, 2005.

FIGURA 03



Fonte: Foto retirada da página 125, do livro “História da educação, arquitetura e espaço escolar”, org. por Marcus L. A. Bencostta, 2005.